

DITADURA. Alagoanos sobreviventes lembram período mais tenebroso da história do País

GOLPE MILITAR COMPLETA 50 ANOS DE TERROR NO BRASIL

Parentes de desaparecidos políticos ainda cobram justiça

THIAGO GOMES
REPÓRTER

A juventude gritou. A juventude fez-se um mar nas ruas. O povo saiu atrás, correndo, andando, erguendo a bandeira da democracia, estufando o peito. Um dia, os gritos foram amordaçados. Silêncio. Nem se ouviam as vozes dos que clamavam pela igualdade de direitos. Um golpe da direita. De longe, gringos vibravam a queda de um governo. Eles também estavam aqui comemorando. Dos quartéis, foram disparados tiros da censura, da opressão, da tortura, das mortes. Cai Jango, na onda do medo pela invasão comunista, e da camufla erguem-se militares na busca pelo controle do Estado Brasileiro. O tempo passou, o regime também, mas as marcas não.

Amanhã faz 50 anos do Golpe Militar de 64, que instituiu a ditadura, considerado o período mais sombrio vivido pelos brasileiros. Nasceram os chamados "anos de chumbo". Mesmo após tantos anos, a memória ainda é viva e está sendo relembrada a cada depoimento na Comis-



Família do alagoano Jayme Miranda até hoje não sabe o paradeiro do corpo do militante político

são da Verdade. São histórias tristes, mas os olhos brilham quando cada preso político detalha como foram as aventuras para driblar as forças de segurança. Em Alagoas, a militância estudantil não se calou, embora tenha recuado. Foi presa, torturada em galpões antigos da Petrobras, onde hoje fica o Hospital Universitário (HU).

REPRESSÃO

Em Alagoas, o movimento estudantil foi duramente reprimido. "Vários estudantes foram presos e torturados, como é o ca-

so de Denisson Menezes, Fernando e Jeferson Costa, Norton Sarmento, Breno e Dênis Agra, Jailson Boia Rocha e Jurandir Boia e Ronaldo Lessa", diz o historiador Geraldo de Majella.

A lembrança desse tempo ainda é dolorida para Jurandir Boia. "Tempos sombrios: na segunda semana do Golpe Militar, por despreparo de segurança do movimento estudantil, à época, e infelicidade minha, por acaso, cheguei a ser o preso político mais jovem, pelo período de 66 dias, pela polícia do Lacerda, na Guanabara. Real-

mente, naqueles dias, não sofri tortura porque, naquele período, não existia a citada prática por parte dos militares, coisa que veio a acontecer, chocantemente, a partir de 1968, quando houve uma luta interna dos novos donos do poder", relata.

Outro militante que destaca a época da ditadura como símbolo da resistência é o ex-deputado Eduardo Bomfim. "A luta era pela liberdade, a defesa de um Brasil entregue às forças repressoras. Entrei no PCdoB bem na era mais dura, a partir do AI-5. [Ato Institucional 5] e

fui membro do Diretório Acadêmico na Ufal. O meu vice do DA era José Carlos Malta Marques, atual presidente do Tribunal de Justiça de Alagoas. Tínhamos vida dupla, a legal e a clandestina. Valeu tudo a pena, as coisas boas e as ruins, pela democratização do País", acredita.

* O padre Manoel Henrique, coordenador da Comissão Estadual da Memória e Verdade Jayme Miranda, conta que os relatos tristes que ocorreram e as histórias de sofrimento vão ser difíceis de esquecer. Segundo ele, há, pelo menos, uma lista de

50 alagoanos – esse número pode ser até maior – que são vítimas da ditadura. Eles foram torturados em pau de arara e choques, principalmente.

"Incrível foi saber a trama como se prendiam inesperadamente as pessoas, a rede de amigos que ajudava a esconder, a fugir e a capacidade de revelar os seus sentimentos, que são doídos e eram silenciosos", afirma o padre Manoel Henrique.

ENIO LINS

Enio Lins é jornalista, bastante conhecido entre colegas, mas é lembrado com a mesma intensidade por causa da militância estudantil, na qual estava inserido justamente na época da ditadura. Não foi preso e nem foi vítima de tortura, embora em sua memória ainda estejam vivas as marcas deixadas por uma época em que era difícil manter a ideologia por um país democrático e nada repressivo.

Ele diz que se envolveu bastante com o modelo antigo de organização dos diretórios acadêmicos na Ufal. Os estudantes mais politizados e empenhados na representatividade dos demais se organizavam para eleger, pelo menos, três colegas para atuar nas áreas do conhecimento (Humanas, Saúde e Exatas).

Em 1977, conforme lembra, houve uma articulação, por parte de um estudante que já se destacava na universidade, o alagoano Aldo Rebelo, que é ministro do Esporte do governo Dilma. O militante organizou o cenário para que a esquerda voltasse a comandar esses diretórios. No primeiro momento, apenas uma chapa foi viável. Ganhou o da área 3, cujo diretório acadêmico era presidido por Renan Calheiros. Ele não era militante de esquerda, mas era simpatizante do PCdoB.

Em 1978, o grupo liderado por Rebelo ganhou nos três diretórios. No da área 1, foi eleito Edberdo Ticianeli; no 2, ficou Maurício de Macedo, e, no 3, Regis Cavalcante. Enio foi aclamado pelos três como o presidente do Diretório Central dos Estu-

dantes (DCE) e lá ficou até 1979. Foi neste tempo que o movimento estudantil de Alagoas se aliou à União Nacional dos Estudantes (UNE).

Rebela, embora merecesse, não poderia ter sido conduzido ao cargo porque já havia sido punido por força do decreto-lei nº 477, de 26 de fevereiro de 1969, também chamado de "AI-5 das universidades", que previa a punição de professores, alunos e funcionários de universidades considerados culpados de subversão ao regime.

CENSURA FERRENHA

Em Alagoas, o trabalho dos estudantes continuava, apesar da censura prévia. "Era editor do jornal do DCE e tinha por obrigação levar o jornal à Polícia Federal para que fosse aprovado. A fiscalização era burocrática. Alguns exemplares de jornais alternativos que eram distribuídos tiveram edições apreendidas. O jornal Movimento era impresso em São Paulo e distribuí-

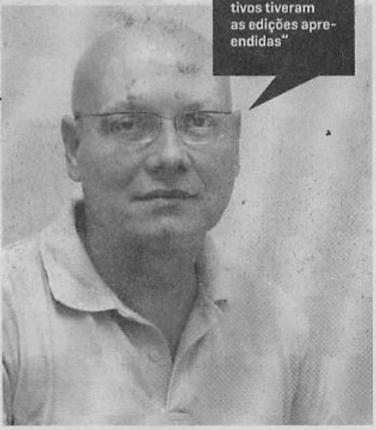
do aqui. Lembro também da Revista Araguaia, que parte dela foi apreendida também. Escondi muitos exemplares no telhado de uma casa e foram salvos; em seguida, vendidos", relata.

Enio Lins lembra que a anistia, sancionada em 1979, foi bastante comemorada em Maceió, e, até isso acontecer de concreto, várias manifestações pela capital foram realizadas. "Após saírem das cadeias, muitos tiveram tempo de ser candidatos, em 1982, a exemplo de Selma Bandeira, que foi eleita deputada estadual", conta o jornalista.

ENIO LINS

JORNALISTA

"Era editor do jornal do DCE e tinha por obrigação levar o jornal à Polícia Federal para que fosse aprovado. A fiscalização era burocrática. Alguns exemplares de jornais alternativos tiveram as edições apreendidas"



FERNANDO COSTA

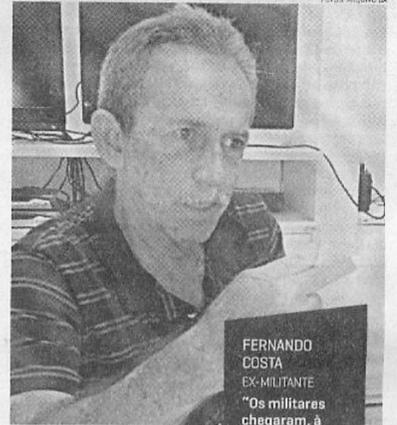
ne
te
ia
is
le
s;
e
n
t
é
)
a
s.
e
,
t
o

"Considero-me um inocente, que lutou por aquilo que acreditou e, por esse fato, foi preso e torturado". Assim se descreve Fernando Costa, agora servidor público e que enfrentou as duras regras do regime ditatorial. Ao lado do irmão, ainda na época de secundarista, admirava a militância praticada por uma figura que se destacou: Ronaldo Lessa. Cita ainda que muitos encontros dos estudantes eram feitos nas escondidas, na Praia de Guaxuma, considerada deserta.

Costa diz que o irmão dele, Jeferson, assumiu o comando do DCE da Ufal em 1973. A sede ficava na Praça Sinimbu e pouca gente se atrevia a ir para o diretório, já que falar em ditadura era proibido e poderia ser motivo até de prisão. O jornalzinho que o grupo produzia incomodou muito.

"A nossa sede nunca foi alvo dos militares; quase isso aconteceu. Mas fomos chamados várias vezes ao Exército em razão do jornal e de outras atividades. Não tínhamos oportunidade para fazer uma luta aberta e muitos partiram para a clandestinidade. Além disso, fomos membros do PCBR. Tudo o que a população absorvia de informação vinha da ditadura. Éramos considerados ateus, comedores de crianças, que iríamos tomar a propriedade privada e uma série de defeitos que levaram o povo a ter certo ódio para com a gente", acredita.

Ele recorda que a reitoria da universidade abriu inquérito e ameaçou aplicar o decreto 477, já prevendo as sanções aos es-



FERNANDO COSTA

EX-MILITANTE

"Os militares chegaram, à paisana, com metralhadoras e pistola ponto 45. Nós dois fomos levados, vendados, no banco traseiro de um Corcel para onde ficavam antigos galpões da Petrobras"

tudantes e, o mais complicado, sem direito a defesa alguma. O inquérito foi concluído. Costa e mais alguns alunos foram suspensos por três anos. Nem a medida da Ufal deteve o atrevimento dos estudantes em lutar contra a repressão.

A prisão de Fernando Costa aconteceu no dia 28 de julho de 1973. Ele relata que, antes da detenção, estava sentindo que o cerco estava fechando. Encontrou a namorada e marcou um lanche na região central para fazer um alerta de que seria preso.

"Orientei a garota sobre a possibilidade disso acontecer para que ela acionasse o meu pai e o advogado José Costa. Passou meia hora e os militares chegaram, à paisana, com metralhadoras e pistola ponto 45. Nós dois fomos levados, vendados, no banco traseiro de um Corcel para a área onde ficavam os galpões antigos da Petrobras, onde hoje fica o Hospital Universitário".

Lá, fomos torturados com pau de arara e cho-

que elétrico. Os militares queriam que eu denunciasse os colegas e faziam pressão psicológica também. Depois, foram chegando os demais companheiros", detalha.

Esse fato, segundo Costa, gerou ampla divulgação. Após o prazo de sete dias, ele lembra que os militares o conduziram à PF Denisson Menezes e o Dênis Agra, conforme conta, foram levados para a sede do Destacamento de Operações de Informações - Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-Codi), no Recife, onde, segundo garante, foram torturados. **T6**

Leia mais na página A10